

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

05/11/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Informais já são 43% dos ocupados, um recorde

A cada 10 brasileiros que estavam trabalhando no terceiro trimestre deste ano, cerca de 4 atuavam na informalidade, apontam dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, do IBGE. De junho a setembro, o país registrou 92,6 milhões de pessoas ocupadas. Dessas, quase 43% (39,7 milhões de trabalhadores) não tinham carteira assinada. Entram no grupo empregados dos setores público e privado sem registro, quem atua por conta própria sem CNPJ, domésticos sem carteira e quem trabalha em família. É o maior percentual trimestral registrado pela Pnad desde que começou a separar a atividade por conta própria com e sem CNPJ, no final de 2015. Também no terceiro trimestre, a taxa de desemprego no país ficou em 11,9%, meio ponto percentual abaixo da registrada no mesmo período de 2017. Porém o saldo de vagas formais caiu. Segundo especialistas, o dado não é necessariamente ruim, já que a informalidade insere o trabalhador no mercado, de onde é mais fácil migrar para ocupações com carteira.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 03/11/2018

Empregadores ainda têm receio de aplicar a reforma trabalhista

Prestes a completar um ano, a reforma trabalhista ainda não foi pacificada nas cortes, e empregadores ainda têm receio de usar seus mecanismos. A contratação intermitente é a novidade pela qual as empresas mais se interessam, mas evitam por medo de suas possíveis decorrências, segundo advogados especializados. “Ainda não dá para saber se um trabalhador chamado por esse regime terá direito a benefícios como participação nos lucros e plano de saúde, como os outros”, diz Cibelle Goldfarb, sócia do BMA. Há outras questões ainda não respondidas pela legislação ou jurisprudência, afirma Luis Antônio Ferraz Mendes, do Pinheiro Neto. “Se uma funcionária intermitente não convocada a trabalhar engravida, ela terá estabilidade? Eles podem participar das comissões de trabalhadores?” A homologação de acordos pela Justiça do Trabalho também não está clara, diz Antonio Frugis, do Demarest. “O empregador faz um acerto, mas não se sabe ao certo se isso quita qualquer possibilidade de ação, por novos motivos que venham a aparecer.”

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 05/11/2018

Confúcio Moura diz que apoiará reformas

Estreante no Senado Federal, o ex-governador de Rondônia Confúcio Moura (MDB) (foto) foi eleito senador com 230.361 votos, 17,06% dos votos válidos. Seu foco principal durante o mandato será a educação. “Minha vida no Senado, meu motivo maior de ser senador será trabalhar a educação. Educação é meu norte verdadeiro”, disse. O senador eleito adiantou que pretende participar das Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Confúcio disse ainda que apoiará todas as reformas “que o Brasil precisa”, principalmente as reformas previdenciária, tributária e política. Declarou também que apoiará o “enxugamento do Estado” e as políticas de desestatização e de desburocratização. “São temas nacionais, temas importantes que realmente o Brasil precisa fazer para poder começar a se organizar e se disciplinar para crescimento e estabilidade. A reforma da previdência é a mais urgente e necessária”, avaliou.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 02 e 03/11/2018

'Juizes estão em paz com reforma trabalhista, mas volume de ações vai subir', diz Batista Brito Pereira

Presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho) desde fevereiro deste ano, o ministro João Batista Brito Pereira, 66, comanda a Justiça do Trabalho neste primeiro ano de reforma trabalhista. Para ele, o pior já passou. "A Justiça do Trabalho está em paz com a reforma trabalhista. Não houve ruptura da legislação trabalhista. A CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] continua viva", disse à **Folha**. Segundo o ministro, as contestações de magistrados feitas contra as alterações na CLT, em um primeiro momento, estão superadas. "Os juizes estão muito serenos", afirmou. "Não há disputa nenhuma." Brito Pereira disse que, nesse contexto, os magistrados cumprem as leis conforme a decisão do Congresso Nacional. E, como magistrado, prefere não dizer o que poderia ter sido mudado ou o que não deveria ter sido alterado.

Questionado se acreditava que a reforma modernizou as relações de trabalho, afirmou que só pode dizer que "a ideia do Congresso foi modernizar ou melhorar", mas "não há sinal de que tenha piorado". O ministro, passado o período de queda no número de ações ajuizadas, porém, faz um alerta: "No ano que vem, voltaremos aos números de 2016 e 2017, porque os advogados trabalhistas, especialmente aqueles dos sindicatos, são muito preparados e quiseram certamente ver como anda a jurisprudência".

Leia mais: Jornal Folha de S. Paulo – 04/11/2018

Reforma da Previdência: votação este ano divide opinião de deputados

Vários líderes de partidos acreditam que será difícil votar alguma reforma da Previdência neste ano; mas os deputados que apoiam o novo governo afirmam que seria interessante negociar a aprovação da reforma que está em tramitação para que Jair Bolsonaro já começasse o seu mandato com menos pressões na área fiscal. Depois, em 2019, o novo governo poderia enviar outro texto com mudanças mais profundas. O texto em tramitação (PEC 287/16) altera a idade mínima de aposentadoria, que passa a ser de 65 anos para homens e 62 para mulheres. O líder do PSL, deputado Eduardo Bolsonaro (SP)(foto), defende esta ideia. "A gente sabe que essa proposta de 65 anos, ela só passaria a vigorar daqui a 15, 20 anos. Isso aí a gente está falando lá para 2040. Então, na verdade, a gente tem que desmistificar isso daí e fazer as emendas necessárias. E a gente apoia aqui uma reforma bem tranquila, bem simples, onde não tenha tanto impacto, onde os deputados fiquem confortáveis para fazer essa votação. Eu acho que é muito interessante e seria muito bem-vinda para dar um gás inicial ao governo Bolsonaro." Reforma definitiva. O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, tem falado em uma reforma definitiva, substituindo o atual regime de repartição, pelo qual o dinheiro de todos os contribuintes é usado para pagar as aposentadorias atuais; por um sistema de capitalização, pelo qual cada um contribui para uma conta individual. O presidente da Comissão de Finanças e Tributação, deputado Renato Molling (PP-RS), também quer uma reforma imediata e ampla.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 02 e 03/11/2018